

*Ariel Rolim (UNICAMP)* *Saviors and Survivors* é um livro urgente, escrito contra o tempo. Tempo que, mesmo breve, já engolfou de forma inexorável a região à qual se debruça, o Sudão, mas não eliminou a pertinência da obra, ao contrário realçada, precisamente, para a compreensão desses eventos recentes. O esforço dessa resenha é reconstituir a construção do argumento do autor ao longo de seu resgate histórico do conflito. Engajado em um esforço de conjunção dos elementos acadêmicos e políticos para a introdução de um panorama histórico aos acontecimentos de Darfur, Mahmood Mamdani concilia uma contundente crítica à política humanitária contemporânea com um minucioso estudo dos fundamentos locais da emergência do conflito. Save Darfur (doravante SD) é um movimento surgido nos Estados Unidos como grupo de pressão ao governo para a intervenção em Darfur, oeste do Sudão, de modo a impedir o prosseguimento de um “genocídio” supostamente em curso. Impulsionado por poderosa propaganda, SD congrega rapidamente adeptos entre estudantes, religiosos e ativistas norte-americanos, adquirindo visibilidade internacional e movimentando milhões de dólares. Como esse fenômeno norte-americano vincula-se aos acontecimentos em Darfur em suas raízes históricas? Quais as causas do conflito e como a organização humanitária internacional incide sobre seus desdobramentos? A essas questões, Mamdani dedicará seu estudo, pesadamente criticado precisamente porque de importância insofismável.

Mamdani esteve na região desde 2003, com o agravamento do conflito, como consultor da União Africana, que organizou reuniões com os representantes dos partidos em disputa e das organizações locais. A essa experiência soma vasta pesquisa nos arquivos coloniais britânicos e em universidades sudanesas, bem como a interlocução com intelectuais e políticos do país. Mamdani sumaria as causas do conflito: numa dimensão local, a disputa por terras iniciada entre 1987-89, herdeira das políticas “tribais” do colonialismo e exacerbada por quatro anos de secas; em nível nacional, a rebelião decorrente que envolveu o Estado sudanês em uma guerra civil na região a partir de 2003. Ainda assim, a guerra não poderia ter escalado aos

níveis verificados sem a vinculação com uma esfera regional e internacional – as armas vêm de fora. Mas, por que “genocídio”, indaga o autor, se a guerra no Iraque produz mais mortes, incluindo violentas, sem merecer esse rótulo? No primeiro capítulo, mostra como em geral os conflitos africanos têm baixa visibilidade na mídia ocidental, que os retrata de forma sensacionalista e banalizada. Casos como os de Angola, Congo e Uganda, com milhões de mortos e onde grandes corporações tiveram interesse em minério ou petróleo, foram muito pouco noticiados. A visibilidade de Darfur, pela qual SD é em grande medida responsável, é uma questão política interna aos Estados Unidos. Segundo o autor, o que embasa a alegação de genocídio é a suposição de que a matança, em Darfur, seria racialmente motivada entre “árabes” e “africanos”. Esse vínculo, ademais, proporcionaria o resvalamento de SD como a face humanitária da Guerra ao Terror, imbuída de certezas morais desvinculadas de um sentido político como uma “pornografia da violência” (p. 56). Diferentemente da guerra no Iraque, Darfur proporcionaria uma campanha bem sucedida de despolitização dos norte-americanos, unindo grupos heterogêneos de pressão pública na luta do “bem – ou a inocência – (africanos) contra o mal (árabes)” (p.61); não seria uma questão de responsabilidade, mas de filantropia e missão salvacionista em um mundo moral simples, sem história. Mamdani propõe pensar o contexto no lugar do vácuo no qual se assenta esse tipo de ativismo, esforço que vem na esteira de outros trabalhos do autor, como *When Victims Become Killers* (2001), onde analisa o padrão de vingança com o apoio de potências internacionais que ensejaria o genocídio, esse de fato, em Ruanda. Para ele, atribuir esse rótulo a Darfur significa não só suspendê-lo do contexto, como impedir as vias de reconciliação ao congelar as linhas raciais do conflito, conferindo legitimidade à punição. Mamdani faz ainda um resgate da controvérsia a respeito do número de mortos em Darfur, em que as estimativas mais altas começam a se suceder até tornar-se o parecer oficial da ONU, apesar de uma posterior avaliação de especialistas demonstrar a não confiabilidade desses índices, coligidos enquanto as próprias organizações locais consideravam a situação “fora de emergência”. Não obstante, o sucesso midiático levou a sanções ao governo do Sudão e à introdução de tropas da ONU.

O Sudão, relata o autor, tem seu eixo político na região do vale do Nilo, onde fica a capital, Khartoum, região supostamente “árabe”. Ao sul, estende-se uma vasta zona de savanas habitadas por povos supostamente “africanos”. Darfur, a oeste, deve seu nome ao antigo sultanato de Fur, “não árabe”, que resistiu às forças otomanas até o séc. XIX, mas, afinal, foi conquistado e anexado ao Sudão pelas forças anglo-egípcias. A província divide-se entre o planalto central – *Jebel Marra* – com abundância de recursos hídricos, agricultura e de maioria Fur; a savana ao sul, semi-árida, onde predomina a pecuária extensiva de gado e de maioria Baggara (“árabe”); e o deserto ao norte, semelhante às regiões da Líbia, Chade e República Centrafricana, onde predomina a criação nômade de camelos e de maioria Abbala (“árabe”). Com a desertificação, as fronteiras vêm sendo transgredidas, cada vez mais ao sul, agravando as tensões políticas.

A história sudanesa foi coligida durante o colonialismo britânico, que passou a identificar o país entre “árabe” e “zurga” (africanos). Essa historiografia, que se estenderia àquela nacionalista pós-independência, vê os “africanos” como “nativos” e os “árabes” como “colonizadores” – a partir da suposição de um amplo processo histórico de “arabização”. Mamdani, apoiado por todo um debate contemporâneo, propõe uma história local que evidencie as múltiplas origens do povo sudanês. Esse movimento, contrário a essencialismos, desvela como ex-escravos

da região do Nilo tornaram-se “árabes” ao passo que, em Darfur, a escravidão era um empreendimento fur, – não árabe. Isso permite divisar os “árabes” não como perpetradores da dominação em Darfur, mas, ao contrário, aí marginalizados duplamente (visto a marginalidade regional de Darfur). A guerra em Darfur, denuncia Mamdani, não começou como uma guerra entre “árabes” e “africanos”, mas entre diversas milícias tribais (sendo tribo uma categoria administrativa que se tornou corrente desde o período colonial) em que grupos sem *dar* – terras tribais reconhecidas oficialmente – atacam aqueles com *dar* com o agravamento da escassez de recursos. SD, segundo ele, atenta somente para o eixo norte-sul do conflito em Darfur (salientando os árabes como agressores) e omite o eixo sul-sul (com árabes dos dois lados).

Mamdani destaca o papel inicial desempenhado pela União Africana e sua missão em Darfur desde 2004. Esta buscou canais políticos para a resolução do conflito, ao contrário do que fizeram as ONGs internacionais e a ONU, e foi, em princípio, bem-sucedida. Mas depois, desacreditada pela mídia, viu-se sem os fundos prometidos para levar adiante suas operações, sendo substituída pela missão da ONU – o que teria levado os próprios líderes africanos, tendo suas forças convertidas em “boinas-azuis”, a adotar a retórica de “genocídio” em Darfur. Isso encerrou a possibilidade de construção de uma solução política ao considerar somente o governo e os *janjawid* (milícias árabes recrutadas pelo primeiro), e não os “rebeldes”, como vetores do conflito. A partir daí, segundo a visão disseminada por SD, somente a solução militar parecia possível. Para Mamdani, a “arabização” do conflito, visão tributária da política colonial, não decorre da história local, mas da interpretação política da Guerra ao Terror que lhe forneceu uma linguagem, tornando-se paulatinamente parte de sua justificação (p. 71).

Na segunda parte do livro, Mamdani empreende uma ampla contextualização da inscrição da noção de raça na história. Um dos aspectos importantes é o estabelecimento de genealogias como uma reivindicação de origem, fruto de um cálculo político. Assim, forjam-se cadeias genealógicas maleáveis até ancestrais prestigiados, que dizem mais a respeito de filiações políticas presentes do que de ascendência em um passado distante. Segundo o autor, a “arabização” é uma disseminação cultural, principalmente da língua árabe, pelo islamismo e por uma “cultura das letras”. Entretanto, se a identidade árabe estaria relacionada mais às reivindicações locais do que a uma migração global, em Funj (centro político do Sudão) essa identidade se relacionava ao poder político, e em Darfur (oeste) aqueles que adotaram a identidade de árabes (nômades, muitos oriundos do oeste da África) tornaram-se marginais e insurgentes ao sultanato. Não há, portanto, identificação entre os “árabes” sedentários do Nilo e os “árabes” nômades de Darfur.

O capítulo quatro destina-se a resgatar a história remota dos sultanatos sudaneses, nos quais passou a operar um acentuado processo de centralização do poder e “destribalização”. Nesse contexto, para o sultanato de Darfur o advento do islamismo mostrou-se como uma alternativa para se contrapor à solidariedade clânica das chefaturas locais, como um vetor de centralização – nesse ínterim, o árabe surge como língua administrativa e comercial. Com a dominação turca e britânica do Sudão, as elites locais foram subjugadas. Isso levou à *Mahdiyya*, aliança sem precedentes entre povos do Nilo e do Oeste para combater os invasores e uma posterior reconquista britânica do Sudão, quando se empreendeu uma contra-revolução com a organização de uma “retribalização” em torno de identidades antigas mais estreitas. Institui-se o “governo indireto” colonial através da aliança com elites locais,

para romper o vínculo trans-étnico do mahdismo. A partir dos censos, categorias convencionadas são atribuídas e depois servem de grade de leitura para a interpretação histórica e confecção de leis. Ainda assim, as identidades permaneceram fluídas, com o trânsito dos indivíduos por suas categorias, inclusive étnicas, pela nomadização ou sedentarização (p. 149). A clivagem entre árabes, colonizadores, e africanos, nativos, foi aí também estabelecida, mesmo quando ambos falassem a mesma língua. Essa distinção iria regular a distribuição de terras (*dars*) e o acesso ao poder político – a origem do tradicionalismo e da discriminação inter-tribal. Assim, os nômades são expulsos das terras de cultivo em Darfur, berço do mahdismo que, com o colonialismo, foi marginalizado do centro nilota, o que perdurou após a independência.

O quinto capítulo é destinado à construção do estado independente. Após a independência, Mamdani divisa uma oposição básica na política sudanesa: entre “tradicionalistas” e “modernistas”. Os tradicionalistas eram sectários, mas democráticos, buscando apoio nos líderes sufis e tribais. Os “modernistas”, ligados aos setores militares e intelectuais, eram golpistas e anti-democráticos por serem “modernos num mar de tradição” (p. 172). Isso levou à alternância de períodos democráticos, tradicionalistas e conservadores, e de regimes militares, modernistas e progressistas. Porém, ambos compartilhavam o suposto de que o “governo indireto” britânico teria conservado a “tradição”. O arabismo decorreria diretamente da cisão entre norte e sul do país no período colonial. O sul era composto majoritariamente por “nativos”, administrado por funcionários britânicos, onde havia a presença de missionários cristãos e se impôs a língua inglesa no lugar do árabe. Com o surgimento do nacionalismo e a reunificação do país, já havia duas elites distintas em cada região. Com a independência, os muçulmanos do norte herdaram o estado e os cristãos do sul foram privados do acesso ao poder. Inicia-se, portanto, uma luta armada diferente e mais antiga daquela de Darfur.

O capítulo sete pretende lançar luz às implicações regionais e internacionais do conflito em Darfur. Mamdani aponta como grupos do Chade estiveram envolvidos em todas as guerras em Darfur desde os anos 1980. Isso deveu-se, segundo ele, à desertificação e à crise dos povos nômades, de um lado, e à crise política promovida pela Guerra Fria, de outro. A Líbia, sob o regime de al-Qaddafi, com antigas relações comerciais na região de Darfur, próximo à URSS, apoiou os rebeldes chadianos que lutaram contra as forças herdeiras do colonialismo francês. Os Estados Unidos, no governo Reagan, formaram uma aliança com o Sudão e o Egito contra a Líbia. As tropas do governo chadiano passaram a contar com bases em Darfur, ao passo que Qaddafi dá apoio aos árabes nômades chadianos marginalizados (p. 216). As armas fluíram para a região e Darfur passou a receber uma enorme quantidade de refugiados nômades do Chade, potenciais recrutas para a oposição que se organizou a partir das montanhas. Assim, premidos pela seca e pela repressão política, os grupos nômades com armas líbias, organizados na “Congregação Árabe”, penetraram nas terras dos fazendeiros fur e desencadearam o conflito. Com o apoio crescente do governo sudanês aos grupos nômades, os Fur formaram suas próprias milícias com armas dos Estados Unidos. Assim, as tensões regionais pós-coloniais foram manejadas na lógica da Guerra Fria de lutar “por procuração” a partir do armamento de grupos locais (p.227).

Após essa digressão histórica, Mamdani inicia a terceira parte do livro, voltando-se especificamente para o caso de Darfur. Em meados dos anos 1980 a “Congregação Árabe” é tida por SD como os perpetradores do genocídio.

O conflito iniciou-se como uma guerra civil local na qual o governo não estava envolvido até 1995, quando a tentativa de reformar o sistema de administração nativa de terras, sem alterar sua estrutura, degrading em conflito aberto. Com a necessidade de recorrer à ajuda externa para a obtenção de armas, o conflito foi adquirindo contornos cada vez mais racializados à medida que escalava com sua internacionalização. Sem a presença de autoridade central e mecanismos de reconciliação – destruídos pela disputa por recursos – todos os grupos, premidos pela ameaça mútua, passam a treinar milícias. Os limites entre os grupos combatentes de ambos os lados, recrutados a soldo ou pela oportunidade de saque, foram apagados com uma paulatina mercenarização do conflito. As negociações de paz, entre 2005 e 2007, foram frustradas devido ao fato da comunidade internacional ter apressado, conduzido e concluído o conflito prematuramente, por falta de fundos. Mamdani ressalta que a acusação internacional de genocídio baseia-se na suposição de que todas as mortes têm única causa na violência, vinda de uma única fonte: o governo sudanês.

O autor fecha o ciclo retomando a denúncia inicial: a intervenção humanitária é irmã gêmea da guerra ao terror à medida que está além das leis internacionais. Essa forma de intervenção é “responsabilidade” do Conselho de Segurança da ONU (e não de sua Assembleia Geral) que, por sua vez, é composto pelas grandes potências militares, não por toda comunidade internacional (o autor ressalta como os aliados dos EUA teriam gozado de impunidade em diversos casos). Assim, ao nível das relações internacionais opera-se uma substituição do sistema de soberania por uma ordem humanitária, incidindo sobre estados considerados “falidos” – um “sistema bifurcado”, conceito já presente em outras obras do autor que versam sobre o colonialismo, como *Citizen and Subject* (1996), no qual a soberania pautada pela cidadania estatal é obtida, mas suspensa em muitos países africanos sob tutela internacional. Há uma troca do “direito dos cidadãos”, agentes de sua própria política, para o “direito do humano”, passivo, recipiente de caridade, que deve ser protegido por responsáveis externos. A ação humanitária, para a qual a soberania estatal não pode ser empecilho, promove um sistema de tutela, gerando dependência.

Essa retórica de “missão de resgate” e intervenção, lembra Mamdani, provém diretamente do colonialismo. Para o autor, essa dissociação entre os regimes legais e políticos, declarando estados falidos e conferindo a justiça aos fundamentalistas dos direitos humanos, justamente por torná-la uma busca por vingança, obstrui a possibilidade de reconciliação e paz durável (p. 288). Essa postura de “salvar” e não de “empoderar” descarta a possibilidade de se buscar soluções políticas e o fortalecimento da cidadania, assumindo somente uma solução militar. Já na introdução, Mamdani concluiu que a solução para o conflito em Darfur é tripla: a negociação regional da paz, a reforma do poder no estado do Sudão e a reforma dos sistemas de administração e de terras em Darfur. A “responsabilidade de proteger”, propalada por SD, remata o autor de forma contundente, é antes de mais nada um “direito de punir” e, para efeitos práticos, uma grande agenda de recolonização da África.